

Anexo 16

Princípios subjacentes à integração da rede de comunicações de emergência CML

O presente documento contém os princípios que serão consagrados num protocolo a celebrar entre a Entidade Gestora, a Operadora e a Câmara Municipal de Lisboa no que diz respeito à integração da rede de comunicações de emergência do município de Lisboa:

- (a) A Proposta apresentada pela Operadora assume um determinado mapa de cobertura que inclui a área correspondente ao município de Lisboa;
- (b) A Câmara Municipal de Lisboa adquiriu um conjunto de equipamentos para comunicações de emergência, tendo contratado os respectivos serviços de instalação e manutenção;
- (c) Tendo em conta o disposto na alínea a), o conjunto de equipamentos para comunicações de emergência e de gravação de voz adquiridos pela Câmara Municipal de Lisboa terá de ser obrigatoriamente, após a Entrada em Serviço do SIRESP na região de Lisboa, e nos termos de protocolo a celebrar entre aquela, a Operadora e a Entidade Gestora, disponibilizado à Operadora, em boas condições de funcionamento, para posterior integração no SIRESP;
- (d) Imediatamente após a Entrada em Serviço do SIRESP na região de Lisboa e após disponibilização à Operadora dos equipamentos referidos na alínea anterior, os mesmos serão objecto de testes de aceitação, a realizar pela Operadora com o acompanhamento da Entidade Gestora e da Câmara Municipal de Lisboa. Os testes de aceitação deverão ser do mesmo tipo que os que são previstos no Anexo 13, Apêndice 18 do Contrato relativos ao SAT à Infra-estrutura rádio;
- (e) A Operadora reserva-se o direito de recusar a utilização dos referidos equipamentos caso, no âmbito dos referidos testes, se verifique que os mesmos se encontram, em condições de funcionamento que afectam ou são susceptíveis de afectar os níveis de desempenho e disponibilidade do SIRESP após a sua integração neste;
- (f) Os equipamentos referidos nas alíneas anteriores ficarão, imediatamente após aprovação nos referidos testes de aceitação, à guarda e sob responsabilidade da Operadora, o que, em qualquer caso, ocorrerá no máximo até 12 meses antes do início de implementação da Fase G. Subfase 4.8, tal como definida no Anexo 15. O atraso na entrega do referido equipamento que origine um atraso na implementação da Fase G, Subfase 4.8, tal como definida no Anexo 15, dá direito à reposição do equilíbrio financeiro, nos termos e verificados os pressupostos da Cláusula 25 do Contrato;
- (g) A Operadora deverá assegurar o fornecimento e montagem dos equipamentos assim disponibilizados, bem como de outros equipamentos que se mostrem necessários nos termos previstos no Anexo 6, Apêndice 1 do Contrato, e bem assim a gestão e Manutenção integrada da parte da rede SIRESP a que aqueles equipamentos fiquem afectos nos termos previstos no Contrato.

- (h) Caso os equipamentos não sejam aprovados nos testes de aceitação referidos na alínea (d), ou se venha a mostrar necessária a disponibilização de outros equipamentos pela Operadora para assegurar a cobertura integral da rede SIRESP na Fase G, Subfase 4.8, tal como definida no Anexo 15, a remuneração da Operadora será revista, mediante revisão do Caso Base, mantendo-se inalterados todos os pressupostos do mesmo, tendo em conta os ajustamentos ao investimento determinados pelas referidas circunstâncias, se as mesmas se vierem a concretizar.